



[ MLP é o único candidato que teve promoção e experiência em presarial e por outro lado é o único que exerceu e poderá exercer actividades em organismos sediados nos USA.

Então, a sua intervenção, para empresários e quadros deve ser "leve" (para dizer algumas verdades a sorrir) moderna (por que mais facilmente aceite pelo espirito americano) e de certo modo "provocatória" (com discurso de esquerda aos americanos) (ao contrário da "pastelice" formal dos "doutores" portugueses que a acusam, a ela de caótica e 3ª mundista e que são subservientes).

Por outro lado, é possível que, dado o local, haja impacto para a imprensa estrangeira e portuguesa. ]

\*\*\*

A minha intervenção durante este almoço terá duas partes. A primeiro, que vou ler, abordará ~~o~~ tema que esta reunião justifica, como vejo o papel dos EUA no mundo e a actual situação da sociedade portuguesa.

Na segunda parte, responderei a perguntas, quer em português, quer em inglês (diria "em americano", se esta fôsse uma reunião de ingleses...).

Há dias, um semanário perguntava a vários intelectuais portugueses - creio que a propósito da visita do presidente Reagan - o que eles pensavam da influência cultural americana em Portugal, seus aspectos positivos e negativos.

Curiosamente, e ao contrário do que acontecera 20 ou 30 anos atrás, a influência americana é agora uma componente importante da cultura europeia e portuguesa. Tal, porém, não se passa apenas ao nível das elites que no caso português eram nos últimos 100 anos influenciados pela cultura parisiense, mas ao nível do grande público. Trata-se afinal, dos dividendos que recolhe a capacidade norte-americana para controlar os meios e técnicas de comunicação e as técnicas de organização e gestão empresarial.

Se Hollywood foi desde há décadas uma referência importante para a cultura europeia (e agora até para a política mundial...) agora são-no também a música popular, a literatura e o desporto. Mas também nas artes e nas vanguardas do pensamento a capacidade financeira dos *mecenas* americanos tem permitido o desenvolvimento de potencialidades e de oportunidades, únicas para pessoas de diversas origens.

Das técnicas empresariais às ciências puras e aplicadas, a sociedade americana lidera, pela sua capacidade organizativa e seu poder económico, os progressos mais recentes.

No entanto, para quem contacte o americano médio (afinal o que é o americano médio? Talvez um emigrado ou filho de emigrado) tem a ideia de um cidadão um tanto ingénuo, que precisa de acreditar em algo: seja o sucesso como recompensa *óbvia* do seu esforço, seja por vezes uma pequena e obscura religião ou seita, seja pura e simplesmente a mensagem dos "médias".

É por isso talvez, que sendo a sociedade americana tão rica diversa e fascinante, o comportamento dos seus dirigentes políticos é por vezes paradoxal quando interferem, pelo seu poder económico e político, na política internacional, do que dou alguns exemplos:

- o apoio implícito, por falta de oposição crítica à política expansionista indonésia que culminou na opressão sobre o povo de Timor Leste. E isto porque Portugal - um aliado militar dos EUA - não dispunha de força suficiente para efectuar, aí, uma adequada e autónoma transferência de poderes;
- uma posição irredutível face a Angola e Moçambique, países que não conseguem organizar as suas economias face à perturbação que a guerrilha vem criando. Isto com claro apoio de meios da África do Sul, ela própria apoiada, na sua aberrante política de segregação, por políticos norte-americanos que ignoram todo o caminho e os méritos da integração *racial* na sua própria terra;

- a reacção quase epidérmica aos movimentos sociais e políticos populares da América Latina, onde a desigualdade e a injustiça terão de inevitavelmente conduzir a mudanças, que serão tão radicais quanto radicais forem as posições conservadoras do seu poderoso vizinho do Norte. Penso que os EUA têm criado mais satélites da União Soviética devido à intervenção intolérante dos seus políticos, do que alguma vez aconteceria se enviassem para as sociedades em mudança os seus técnicos, professores, gestores e cientistas (e até artistas ou turistas).

Nós próprios sentimos, em Portugal, que a nossa sociedade "concreta" a dos campos e das aldeias, aprecia mais a ajuda ocidental na ultrapassagem dos efeitos de um certo discurso revolucionário desajustado da realidade social, o qual se teria consolidado a seu modo se a posição externa fôsse a de isolamento;

- mas no confronto entre as super-potências, não possa deixar de referir a escalada de armamento e da loucura nuclear, uma espécie de tecnocrácia de Terror, em que os meios ultrapassam, em potencial, os objectivos para que foram criados.

Portugal tem assumido, depois do 25 de Abril, uma posição clara no xadrez do confronto Leste-Oeste. A posição estratégica do nosso território continental e em particular do arquipélago dos Açores, e ainda a nossa situação de membros da Aliança Atlântica, não justificam alteração do "status" existente. No entanto, como nação economicamente e tecnologicamente dependente, mediadora entre as economias desenvolvidas do Norte e as sociedades com problemas dramáticos de sobrevivência no Sul, não podemos deixar de apresentar o nosso forte protesto contra a escalada desordenada deste Terror e contra o dispêndio desgovernado na sua implementação, quando seres humanos morrem à mingua dos excedentes dos mais ricos. Antes de membros de alianças militares, somos uma nação com tradição cristã e com responsabilidades na história da humanidade e dos seus valores.



Tenho que dirigir um apelo aos dirigentes políticos e *estrategas* americanos: no confronto com a União Sociética, espalhai e alargai a influência do povo americano e as suas potencialidades e com isso evitareis, com vantagem e benefícios para todos, as despesas actuais e o perigo do eventual holocausto;

- finalmente, tenho de referir a ultima e grande dificuldade que o poderio económico norte-americano está impondo a todo o mundo. Trata-se do produto mais desejado e apetecido (mais do que a "coca-cola"... ) que é o dólar ! Aqui, novamente, os dirigentes políticos *abusam* de uma situação de poder, aceitando e criando défices comerciais e de pagamentos e essencialmente o défice público, que *torçam* o custo da v/moeda insuportável. Níveis de desequilíbrio que não seriam toleráveis por qualquer organismo financeiro internacional, como o FMI a um pequeno país em dificuldades, são nesse caso uma imposição de poderio. E para quê esse défice ? Para fins sociais e culturais, nos Estados Unidos ou a nível mundial ? Não ! Para aumentar crescentes despesas militares e para *que o cidadão europeu, em primeiro, o consumidor* de energia dos cidadãos europeus. Os países de mais fracas economias, que contraírem dívidas para comprar alimentos, energia e equipamentos para o seu desenvolvimento, estão agora a ser sobrecarregados pelo jogo de mercado e a especulação financeira sobre o dólar que a política de défices e de altas taxas de juro fomentam.

A nossa posição é de *imparcial* com todos os que protestam contra esta situação.

É agora altura de falar da situação política portuguesa.

Há por vezes da parte de alguns estrangeiros, mesmo residentes em Portugal (e até de portugueses ...) uma certa incompreensão pelas causas de 25 de Abril.

Em termos resumidos, poder-se-á referir as seguintes causas:



- incapacidade política do regime anterior para gerir a sua própria evolução interna, esgotado e velho que estava ~~o~~ *o modelo* e a sua filosofia original (foi afinal o que aconteceu também em Espanha, depois da morte de Franco, mesmo não existindo aí as causas próximas que existiam em Portugal);
- incapacidade equivalente na resolução da questão colonial, ela própria resolvida no pós-guerra para outras potências coloniais mesmo com problemas dolorosos, como foi o caso da Argélia e do *Congo* Belga;
- incapacidade, ainda, de entender e resolver essa questão ao nível das Forças Armadas, elas próprias suporte do regime, mas também extensão da sociedade civil. As guerras do confronto entre forças organizadas ocupantes e as populações que lutam pelos seus próprios valores, têm de encontrar soluções políticas e militares. Todos conheceremos os custos do Vietname, como agora os do Afeganistão;
- ganhos forçados e artificiosos de divisas estrangeiras através da ~~exportação~~ *exportação* de emigrantes - ritmo médio anual na década de 60 acima de 1% da população - transferido directamente activos do sector primário para um terciário financeiro.

Estas divisas permitiam alimentar os objectivos das pequenas burguesias urbanas, que começavam a ter, embora sem grande sucesso horizontes de consumos europeus;

- incapacidade empresarial na área da produção agrícola e industrial, transferindo, por força de taxas de juro artificialmente baixas, o interesse dos grandes grupos económicos para a especulação financeira, imobiliária e bolsística. Através dela os grandes grupos económicos foram captar pequenas poupanças da população para investir em empresas com reduzidos capitais próprios. O Estado foi então *cooperante* deste processo (como foi mais tarde responsável pelas suas injustiças);
- finalmente a gota de água, que foi o aumento de custo do factor energético, a agravar uma situação inflacionista, de fenómeno então novo na sociedade portuguesa.

Estes os principais factores que conduziram à queda do regime, acontecimento que teria de se dar, mais tarde ou mais cedo, com consequências de um ou outro tipo;

- foi feita uma descolonização, talvez demasiado rápida provocando um aumento súbito e dispendioso da população, de cerca de 10 por cento;
- foram estabelecidas estruturas orgânicas e institucionais políticas, que muito beneficiaram do sentido da responsabilidade das forças armadas e em particular do General Eanes, porque devolveram à sociedade o seu poder político decisório, no cumprimento estrito das suas promessas após o golpe;
- foram realizadas nacionalizações e expropriações de empresas e terras afectando em alguns casos reservas e potencialidades empresariais existentes. Tudo por razões políticas e sem consequentes ajustamentos às realidades e necessidades, quer da economia portuguesa quer internacional. Continuaram-se os projectos de investimento sucessivamente adiados por razões políticas e para os quais não houve a capacidade de discernimento de alterar o seu curso ruinoso (Portugal fez investimentos, chamados da segunda vaga industrial, mais tarde, por maior custo e pior oportunidade do que a maioria das outras economias). Parte importante desses investimentos foi realizada com empréstimos contratados a curto prazo no mercado externo e em dólares, constituindo agora um fardo enorme para o Estado e contribuintes;
- alargaram-se os benefícios da Segurança Social a largas camadas da população numa justa expectativa de estabelecimento de um "estado-social" em moldes europeus;
- foram efectuadas expropriações de terras de latifúndios alentejanos algumas consideradas de baixa produtividade agrícola e de forte concentração proletária, empresas às quais o Estado por não prestar depois, qualquer apoio técnico e empresarial, sob o pretexto de se terem tornado território "sob controlo do partido comunista";

- finalmente foi decretada uma Constituição cheia de esperanças intenções sociais e económicas que não se cumprem e cuja única revisão, tão proclamada pelos dirigentes políticos, se ocupou apenas do fim do Conselho da Revolução e da diminuição do controle político do Presidente da República, que tem sido como se sabe, independente do sistema partidário.

No meio desta casa desarrumada, na incapacidade da produção nacional satisfazer as nossas necessidades - mesmo no sector alimentar - com uma dívida externa crescente e os conditionalismos macro-económicos impostos por sucessivas intervenções "monetaristas" da FMI, tornou-se objectivo primordial (entendendo-se "político") a integração na CEE (após 8 anos de negociações esforçadas, ansiosas e ignoradas da população e dos agentes económicos). A integração no Mercado Comum tornou-se mesmo uma espécie de preocupação nacional, um "slogan" utilizado por todos e para tudo e a propósito de tudo, evitando-se abordar e estudar as suas consequências no concreto e evitando-se perspectivar os seus custos a longo prazo após os períodos iniciais e transitórios. Também duas questões aparentemente importantes à questão da adesão como sejam as nossas relações económicas com a Espanha e as facilidades de acesso, das exportações dos países menos desenvolvidos, da chamada convenção de Tomé, não foram estudados.

A economia portuguesa vai continuar sem rumo certo e sem plano ao contrário do que é imposição constitucional. Mesmo sem as reformas estruturais que se impunham vamos entrar numa zona económica alargada, onde o político e o económico se cruzam, em moldes que já se encontravam até ultrapassados (tornar unânime a opinião de doze governos, interessados em salvaguardar as suas próprias posições eleitorais dentro de cada nação, é uma tarefa que se afigura difícil nas actuais condições de crise económica internacional).

Penso que muitos dos problemas da economia portuguesa resultam talvez do excesso de advogados na direcção de organizações políticas e na Assembleia da República, (Como se sabe os advogados são profissionais de palavra fácil que vêem os mesmos factos de modo diversos, conforme são contratados pela defesa ou acusação,



ou seja, na política, pela "situação" ou "oposição".)

Há que trazer para a gestão dos interesses públicos e para a realização de tarefas de Estado - tão prejudicadas pela pesada e burocrática máquina da Administração Pública - os melhores e mais capazes cidadãos e técnicos actualizados, qualquer que seja a sua origem.

A discussão em termos de confronto, entre "público" e "privado" tem-se encarado numa perspectiva ideológica e fora das realidades de outros países: repare-se que em França foram feitas imensas nacionalizações ~~apesar~~ apesar de não ~~de sobressaltos~~ de sobressaltos de confronto social como no Portugal de 1974. Mesmo nos EUA o Estado interveio para suportar a Chyler e está agora restabelecida a manutenção de garantias por parte do ~~Fundo~~ <sup>afundado</sup> Federal aos depósitos dos ~~operadores~~ <sup>operadores</sup> nas centenas ~~ou milhares~~ de pequenas bancos, que se espera venham a falir, proximamente devido à afluência especulativa de dólares (isto é o excessivo risco e a má gestão não ~~realizados~~ <sup>para</sup> realizados).

~~frase~~ Em Portugal, os dirigentes políticos acreditam pela sua ~~frase~~ <sup>Fundação Cuidar o Futuro</sup> que é com leis que se dominam os mecanismos económicos e se altera a sociedade, leis e regulamentos que dentro dos próprios partidos actuam no sentido de concentrar o poder nas cúpulas dirigentes. São estas que dominam a vida política portuguesa, os deputados, os meios estatizados da comunicação, os lugares da direcção das empresas públicas e da Administração e finalmente as vias que conduzem ao **Clientelismo** e à corrupção.

Os portugueses estão agora decepcionados com a sua vida política e com a sua fraca intervenção no sistema político e no Estado que sustentam pagando pesadas taxas, injustamente mais pesadas na tributação indirecta e no factor trabalho.

Há inúmeros e graves problemas que afligem a sociedade portuguesa, que são de todo conhecidos, os quais tornam urgentes a mobilização colectiva no esforço de renovação da vida política portuguesa. Precisamos de actualizar e modernizar a prática política com gente que conheça as técnicas de produção e de gestão modernas. Não podemos integrar-nos no Mercado Comum como meros fornecedores de mão-de-obra barata e dócil, à espera de ajuda e com



preensão e boa vontade dos parceiros ricos. É a própria velocidade da Europa, já atrasada relativamente aos EUA e ao Japão, que impõe a nossa actualização para não correr o risco de ficar ainda mais afectada com os parceiros retardatários como nós. A tão falada "3ª vaga" pura e simplesmente passará por cima de quem não possui os meios em equipamentos e humanos, ou como se diz agora do "hardware" e o "software".

A renovação da mentalidade política encontra a sua potencialidade, na relação directa entre o eleitorado e o Presidente da República, figura constitucional que o general Eanes sustentou e consolidou.

São três as vertentes fundamentais da função presidencial cuja potencialidade permite um papel interveniente e de carácter dinamizador:

- garante da independência nacional:
- garante da unidade de Estado
- garante do regular funcionamento das instituições democráticas.

Uma actuação independente e exterior aos partidos existentes ou a surgirem, permitirá a intervenção de outros grupos e entidades com presença real nos vários sectores e níveis da sociedade portuguesa, cuja voz tem de ser ouvida e considerada, o que por sua vez obrigará os partidos a melhorarem a sua própria actuação. A autoridade do Presidente da República advem mais da força moral da sua intervenção e da sua presença do que da ~~força~~ força das leis, que como se sabe ~~as leis~~ são frequentemente iludidas ~~que tem~~ <sup>situações</sup> que tem de acabar para que o Estado retome a confiança e o controle pelos cidadãos.

Estaremos sempre a bertos à ajuda e às sugestões dos países mais desenvolvidos, não para seguir o seu modelo de desenvolvimento, mas para receber o seu contributo na promoção e actualização das nossas capacidades humanas, que são afinal o nosso capital. A sociedade americana tenderá, pelo seu poder e desenvolvimento <sup>ter</sup> ter um papel significativo nesse objectivo.